

A DESVALORIZAÇÃO DOCENTE E O ESTRESSE EM PROFESSORES DE CRECHES

Quelen Pimentel Leal Pessanha (1); Carla Patrícia Quintanilha Corrêa (2)

(1) *Creche Municipal Francisco Alves Dias e-mail: quelenpimentel@hotmail.com*

(2) *Instituto Superior de Educação Prof. Aldo Muylaert (ISEPAM)/Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
e-mail: carlapqcorrea@hotmail.com*

Resumo:

Este artigo apresenta pesquisa sobre o estresse no cotidiano profissional de professores da Educação Infantil. Tendo em vista o cenário de desvalorização vivenciado na profissão docente, a saúde dos professores tem sido muitas vezes afetada. O estresse em decorrência do trabalho, uma vez vivenciado sistematicamente pelos profissionais da educação, pode trazer sérias consequências, tanto aos professores envolvidos quanto às crianças com as quais interagem cotidianamente. Diante desta problemática, realizou-se pesquisa com 100 professores de creches municipais de um município do Estado do Rio de Janeiro/Brasil, objetivando investigar a presença de possíveis fatores estressores em seu ambiente de trabalho. A análise dos dados revelou a presença de fatores estressores que parecem estar relacionados ao contexto profissional vivenciado e que há carência de preparação para administrá-los, pois, segundo os participantes do estudo, a questão do estresse docente não vem sendo sistematicamente abordada nas propostas de formação continuada a que têm acesso. Os resultados desta pesquisa indicam que a saúde do professor está relacionada à questão da valorização da profissão, que, de acordo com Dalila Oliveira, passa pela discussão sobre a remuneração, a carreira e as condições de trabalho, e a formação inicial e continuada de professores.

Palavras-chave: Estresse Docente, Educação Infantil, Valorização docente, Formação Inicial, Formação Continuada.

Introdução

O estresse ocasionado pelo trabalho é motivo de muitos transtornos para o brasileiro, comprometendo a qualidade de sua saúde física e mental. Muitos professores têm sofrido com esse problema, já que diariamente estão tendo que lidar com diversos fatores que causam estresse. Pesquisas evidenciam que o indivíduo vai sendo gradativamente consumido pelo mal estar, até chegar a Síndrome de *Burnout* (ESTEVE, 1999; REINHOLD, 2002; LANTHEAUME, 2012).

Diante desse contexto, este trabalho visa investigar a existência de fatores estressores no cotidiano profissional de professores da Educação Infantil. Para alcançar os fins desejados, primeiramente discutimos os fatores estressores que geram o mal estar na atuação docente, considerando a valorização como forma de intervir nos problemas que podem afetar a vida pessoal

desse profissional, sobretudo dos educadores da Educação Infantil, que convivem com um cenário desalentador, podendo causar prejuízos à saúde e o desprazer no trabalho (KRAMER, 2002, SILVA, 2002; KISHIMOTO, 2002; VIEIRA; OLIVEIRA, 2013). Por fim, apresentamos a pesquisa realizada com 100 professores de Educação Infantil de um município do estado do Rio de Janeiro, que trabalham com crianças de 0 a 3 anos em creches públicas, com o objetivo de verificar a existência de fatores estressores no cotidiano da atuação docente. Com este estudo, esperamos colaborar com a discussão referente ao tema do estresse docente, ao trazer mais dados que auxiliem na reflexão a respeito da necessária valorização do profissional da educação.

Valorização: uma forma de intervir no mal estar docente

No contexto brasileiro, a valorização docente ganhou ênfase nas discussões das políticas educacionais. Para Oliveira (2013), a valorização pode ser compreendida ao analisarmos três elementos que interferem na condição profissional dos docentes: 1) a remuneração; 2) a carreira e condições de trabalho e 3) a formação inicial e continuada.

Sobre a remuneração, Oliveira (2013) destaca o estabelecimento de um Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), a partir da Lei nº 11.738 de 16 de julho de 2008, que além de constituir um importante passo na obtenção de maior valorização dos profissionais da educação básica, fornecendo uma base mínima de remuneração aos docentes, permitiu harmonia e igualdade salarial entre as instituições públicas e privadas. No entanto, o Piso que deveria servir para auxiliar a carreira profissional, prejudicada devido às condições ruins de trabalho nas instituições públicas desde o final do século XX, não foi tido como um reforço à carreira profissional, visto que alguns estados e municípios tendem a reduzir as chances de promoção salarial e/ou acréscimos no salário, podendo desgastar a carreira.

Além dos problemas na remuneração e do desgaste na carreira, as condições de trabalho também interferem na valorização dos docentes. Para Oliveira (2013), desde as últimas décadas do século passado, o cotidiano profissional dos docentes tem sido modificado em decorrência da oferta crescente de vagas no ensino e o aumento do tempo de frequência na escola, além da perda da autonomia em sala de aula e da qualidade de vida, tendo a saúde comprometida, na maioria dos casos, em decorrência do arrocho salarial e das péssimas condições de trabalho nas instituições. Diante dessa conjuntura, os jovens que estão saindo do Ensino Médio não têm escolhido a carreira docente.

Em relação à formação inicial e continuada como elemento importante para a valorização docente, Oliveira (2013) ressalta que embora com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, a formação superior já tenha sido exigida como forma de atender a demanda de alunos da educação básica, os desafios se tornam ainda mais urgentes com o aumento da obrigatoriedade escolar.

Nos últimos quinze anos, a falta de formação específica dos docentes tem causado preocupações. Muitas iniciativas federais e estaduais tiveram a intenção de ofertar formação acadêmica para os docentes das redes públicas em atuação efetiva, alcançando resultados significativos após a LDB nº 9.394/96.

O avanço mais expressivo ocorreu entre os profissionais que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental. Em 2001, menos de um terço desses professores (27%) tinha formação superior. Em 2010, essa porcentagem mais que dobrou, passando para 62,4%. A educação infantil registrou a segunda evolução mais significativa, passando de 24,7% para 51,8% de graduados no período. Os dados são do Inep e abrangem escolas públicas e particulares (OLIVEIRA, 2013, p. 57-58).

Dessa forma, nas últimas décadas, as políticas de formação têm tido ênfase em razão da necessidade de atender as cobranças de titulação. Entretanto, de acordo com Oliveira (2013), as políticas têm tomado rumos específicos em relação à formação dos docentes que trabalham na educação básica pública, sendo entendida como uma das exigências para a valorização docente, aliada às condições de trabalho, à carreira e à remuneração. O peso dado à formação, principalmente a superior, passa a ser visto como critério para a profissionalização, não levando em consideração os conhecimentos da prática. As competências exigidas a esses profissionais estão ligadas aos desafios que terão que lidar no exercício da profissão, responsabilizando-os pelo sucesso ou fracasso escolar. Oliveira (2013) enfatiza que a qualidade do ensino tem ficado sobre responsabilidade do professor, principal encarregado pela tarefa educativa, retirando o olhar das estruturas e das relações sociais que são estabelecidas no contexto escolar, como fatores que podem levar à melhoria da educação.

Nesse contexto, muitos professores têm vivenciado o estresse, já que não se sentem capazes de atender às exigências e obrigações atuais da profissão. Expressões de sofrimento psíquico podem surgir e a manifestação dos sintomas pode traduzir a dificuldade dos professores em lidar com o cotidiano profissional, podendo ser acometidos pela síndrome de *burnout*, uma reação do corpo que aparece quando o indivíduo está tendo que lidar com fatores que causam o estresse (AGUIAR;

ALMEIDA, 2008). Nesse quadro, o indivíduo é consumido pela frustração e exaustão do trabalho, atingindo tudo que está a sua volta.

De acordo com Reinhold (2002), a docência é uma das profissões mais suscetíveis a desenvolver a síndrome de *burnout*, que vai surgindo de pouco a pouco até que o docente perca a vontade de atuar.

O *burnout*:

É um risco ocupacional a que estão expostas especialmente as pessoas que trabalham em profissões de ajuda, as quais têm como traço em comum os contatos interpessoais muito intensos – como acontece com os professores. (...) se instala muitas vezes a partir de expectativas elevadas e não realizadas (REINHOLD, 2002, p. 65).

Nesse contexto, a frustração toma o lugar do entusiasmo e da dedicação no trabalho. O docente começa a atuar mecanicamente, colocando em risco a qualidade do seu trabalho. Desse modo, pode ficar mais vulnerável ao aparecimento de problemas físicos, cognitivos e emocionais (REINHOLD, 2002).

De acordo com Lipp (2002), apesar de o estresse docente ser um problema que pode acometer a todos, os sintomas são variados. Ao ter que conviver diariamente com o estresse, a pessoa pode chegar à fase da quase exaustão. Nessa fase, a depressão/transtorno de humor também pode aparecer. O sofrimento causa a sua infelicidade, seu poder de criação e produção fica abalado, perdendo a vontade de estar com o outro.

Vivenciando tal situação, o professor sente a necessidade de encontrar formas de lidar com o problema. Esteve (1999) aponta que o absentismo – não ir à escola – tem sido uma forma de sair de cena, para fugir da exaustão e dos problemas da profissão sem ter que sair da profissão definitivamente. Outra forma seria a inibição, quando o docente atua mecanicamente, sem implicação no trabalho. A falta de envolvimento, principalmente o emocional, limita o trabalho docente, que se desenvolve nas relações interpessoais. Contudo, na educação das crianças pequenas, esse fator emocional tem um peso muito maior, por serem ainda muito novas, requerendo dos profissionais a capacidade de perceber os sentimentos vividos pelas crianças nas creches e pré-escolas. A ausência de implicação no trabalho pode tornar o relacionamento com a criança frio e técnico.

Na Educação Infantil, muitas dificuldades têm sido enfrentadas, na maioria dos casos esse cotidiano profissional tem gerado estresse e insatisfações. Podemos indicar que as dificuldades enfrentadas atualmente na Educação Infantil no Brasil trazem à memória o caráter assistencialista

que predominava na educação da criança pequena no século passado, causando prejuízos às questões pedagógicas (OLIVEIRA, 2010).

Dessa forma, o valor que deve ser atribuído ao docente é uma questão importante a ser refletida, já que em tempos atrás, não era preciso uma preparação específica para atuar nesse nível de ensino, visto como uma extensão do trabalho com os próprios filhos (OLIVEIRA, 2010). Outro fator a ser questionado, são as condições de trabalho ofertadas no contexto da Educação Infantil, pois atualmente, as pesquisas têm demonstrado as fragilidades de muitas creches e pré-escolas (VIEIRA; OLIVEIRA, 2013; LEITE et al., 2011).

Esse conjunto de fatores vivenciados pelo professor no exercício da profissão pode afetar a saúde do docente, levando-o ao estresse/mal-estar docente, ou como já citado à síndrome de *burnout*. De 2002 a 2012, um estudo bibliográfico sobre o trabalho docente na Educação Infantil brasileira realizado por Vieira e Oliveira (2013) em periódicos da base SCIELO, nos trabalhos das reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e em teses e dissertações acessíveis no Banco de Teses da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento Profissional de Pessoal de Nível Superior) indicou que a realidade:

[...] é marcada pela atribuição de obrigações que não possuem respaldo nas condições de realização fornecidas pelo poder público. Situações de estresse, mal-estar, adoecimento e insatisfação laboral foram frequentemente relatadas nos estudos (VIEIRA; OLIVEIRA, 2013, p. 131).

O estudo indicou em todos os trabalhos, que a falta de valorização social do cuidado e da educação das crianças da educação infantil sempre esteve presente.

Dois processos nas condições de trabalho docente estão, em menor ou maior grau, presentes em todos os estudos analisados: a precarização e a intensificação. Em síntese, o primeiro se refere à atribuição de novas funções e tarefas ao mesmo tempo em que não são fornecidas as condições necessárias para o seu cumprimento. (...) Já o segundo trata da imposição de sobrecarga, seja através da necessidade de realização de atividades extras fora da jornada oficial de trabalho ou mesmo através da baixa remuneração, que exige a complementação salarial por meio do compromisso com outros cargos (VIEIRA; OLIVEIRA, 2013, p. 148).

O mal estar docente advém desse cotidiano de dificuldades encontradas na atuação profissional na Educação Infantil. Diariamente, o professor convive com o cenário de estresse, podendo ser afetado por problemas físicos e mentais, como também ser levado ao descontentamento com seu trabalho.

As condições de trabalho também constituíram tema da pesquisa de Leite et al. (2011) com 10 professoras de Educação Infantil do Laboratório de Desenvolvimento Infantil (LDI), situado no *campus* da Universidade Federal de Viçosa (UFV), no município de Viçosa (MG). As análises dos dados mostraram “fatores que contribuíam para o estresse no desenvolvimento do trabalho, considerando o esforço mental e físico que são exigidos em tempo integral”. Assim, os responsáveis pela pesquisa certificaram ser necessário “uma proposta de ação para promover melhores condições da atividade laboral a fim de possibilitar aos professores uma melhor qualidade de vida” (LEITE et al., 2011, p. 1).

Com a intenção de pesquisar os níveis de *burnout* no trabalho de professores e educadores assistentes, Wagner (2004) desenvolveu um estudo com professores, direção e coordenador pedagógico em cinco Instituições de Educação Infantil da rede privada e pública da cidade de Porto Alegre (RS), utilizando questionários e entrevistas. A análise dos dados indicou que o excesso de alunos em sala contribui para os casos de *burnout*. Além disso, as pessoas que não separam um tempo para a distração e o descanso, apontaram desajustes no comportamento.

Wagner (2004) concluiu “[...] que as características do trabalho e a exigência das relações interpessoais são os possíveis fatores desencadeantes da síndrome no grupo amostrado segundo os participantes da pesquisa”. Para eles, o estresse no trabalho não é alto, colocando a culpa de seu mal estar, na relação com as famílias das crianças.

Ao problematizar o cotidiano profissional dos professores da Educação Infantil, o estudo foi relevante para refletir o tema proposto, na medida em que evidenciou a existência de fatores estressores e os meios de lidar com o problema. Assim, como forma de cooperar também com a reflexão sobre o estresse docente na Educação Infantil, realizamos uma pesquisa com professores da Educação Infantil em um município do estado do Rio de Janeiro, o que apresentamos a seguir.

Pesquisando o estresse docente na Educação Infantil

A pesquisa buscou investigar a presença de fatores estressores que podem afetar o cotidiano profissional de professores da Educação Infantil. Para isso, aplicamos um questionário a 100 docentes que trabalham com crianças de 0 a 3 anos em creches públicas em uma cidade do Estado do Rio de Janeiro/ Brasil.

A análise dos dados provenientes dos questionários respondidos evidenciou que 22% dos professores tinham menos de 5 anos de profissão; 49% possuíam entre 5 e 10 anos, 17% entre 10 e 15 anos de tempo de serviço e 12% dos professores possuíam mais de 15 anos de experiência.

Em relação ao prazer de atuar na creche, 88% dos professores participantes da pesquisa revelaram que sentem prazer, enquanto 12% afirmaram sentir prazer às vezes. Nenhum deles afirmou não ter prazer em atuar na creche. Ao esclarecerem o porquê de sua resposta, dos professores que afirmaram sentir prazer ao trabalhar na creche, 29% relacionaram o seu prazer ao fato de estar ali por vontade própria, como mostram as palavras de um(a) participante da pesquisa:

“Porquê escolhi essa profissão, então apesar dos desafios estou pronta para enfrentá-los com muito amor (amo o que faço)”.

Outro fator relacionado à promoção de prazer está relacionado ao progresso diário das crianças, com 16% das menções. O ambiente de trabalho também foi indicado como promotor de prazer ao atuar na creche com 16% das menções. Nas palavras dos(as) professores(as):

“Temos uma boa equipe de trabalho.”

“Aqui os professores são legais, apesar de cada um ficar envolvido na sua função e não ter muita oportunidade de diálogos, os diretores são excelentes e conquistar essa vaga nesse concurso atualmente para mim foi uma vitória”.

Esteve (1999) ressalta que o isolamento dos professores só os leva à inibição e à rotina e não colabora com as tentativas de solucionar os problemas. A comunicação dentro da instituição é muito importante para que o profissional consiga realizar uma nova prática educativa.

Para Esteve (1999):

A inovação educativa ocorre sempre com a presença de equipes de trabalho; há professores que, embora trabalhem individualmente, compartilham com outros colegas seus êxitos e suas dificuldades, adaptando e melhorando continuamente, nessa comunicação, os métodos, objetivos e conteúdos (ESTEVE, 1999, p. 143).

Nesse sentido, o diálogo com professores que já atuam é relevante para o entendimento de que a mudança é possível. Para Lantheaume (2012), o trabalho em equipe, além de desenvolver a confiança no outro, permite vivenciar o gosto da solidariedade.

Outro fator relacionado ao prazer em atuar na creche é o contato com as crianças, com 7% das menções. Nas palavras do(a) professor(a):

“Ao ensinar você aprende e ao aprender você ensina”.

Ainda foi citado o fato de atuar na creche trazendo menos chance de agressões, com 1%. Os outros 19% assinalaram a opção indicativa de sentirem prazer ao atuar na creche, mas não responderam por que.

Dos professores que responderam sentir prazer às vezes ao atuar na creche, 6% deles questionaram a falta de condição de trabalho, principalmente quanto ao número de crianças nas salas. Segundo um(a) professor(a) participante da pesquisa:

“Quando as salas estão superlotadas não dá para fazer um bom trabalho”.

Esse depoimento expressa a influência dos fatores contextuais incidindo diretamente no mal-estar dos profissionais, já que as difíceis condições de trabalho enfrentadas cotidianamente pelos profissionais da educação afetam sua saúde (OLIVEIRA, 2013), retirando o prazer de lecionar. O próximo fator aliado a esse é falta de apoio dos pais (1%), dificuldade de unir teoria e prática (1%) e 4% não responderam.

Além da questão do prazer ao atuar na creche, os dados da pesquisa indicam que 72% dos profissionais consideram a profissão estressante, enquanto apenas 28% dos participantes não classificaram a profissão como estressante. Relacionando as duas questões, podemos refletir que quanto à relação entre o prazer e o estresse, apesar de 88% dos professores participantes da pesquisa sentirem prazer ao atuar na creche, 72% consideram a profissão estressante. Aguiar e Almeida (2008) declaram que o prazer e o sofrimento se revezam constantemente no ambiente profissional, já que na função de ensinar muitos sentimentos estão envolvidos.

Sobre a formação inicial dos professores participantes da pesquisa, 58% afirmaram que não tiveram uma preparação específica para lidarem com o estresse no cotidiano escolar, 32% disseram que estavam preparados em parte, 9% disseram que sim e 1% não respondeu.

No que diz respeito aos cursos de formação inicial, Esteve (1999) sustenta que vêm se fundamentando em normas e traçam um tipo de profissional dissociado das contradições da prática. Por isso, ao se depararem com uma realidade totalmente diferente, os professores enfrentam dificuldades. De acordo com Kishimoto (2002), não é de se negar que os cursos de Pedagogia velem por profissionais pesquisadores que sejam capazes de investigar a prática pedagógica a partir da análise da educação como um todo, desde os aspectos do cotidiano à interação professor/aluno. O que vale ressaltar é que a estrutura curricular dos cursos não está de acordo com esse tipo de profissional que se quer formar.

Em relação à possibilidade de levarem problemas vivenciados na creche para sua vida pessoal, 78% responderam que não, 20% responderam que sim e 2% não responderam. Conforme

Malagris (2002) essa é uma estratégia para não deixar ser atingido pelo mal estar. Sobre a necessidade de afastamento por atestados e licenças médicas devido ao estresse provocado pela sala de aula, 81% disseram que não precisaram e 19% disseram que sim.

Quanto à existência de tempo reservado para o trabalho coletivo e reuniões em equipes, houve um empate entre os professores que afirmaram que sim, 35%, e os que disseram às vezes, 35%, contra 29% que disseram não. Apenas 1% não respondeu.

Segundo Lantheaume (2012), a prática do trabalho coletivo é uma necessidade atual para lutar por melhores condições de trabalho e outros. Por isso, tem aumentado dentro das instituições, podendo trazer de volta uma identidade profissional, que a tempo se perdeu devido ao discurso individualista na docência. Quando as normas são direcionadas a alguns profissionais, e não a todos, cria-se certa exaustão. O discurso coletivo, ao mesmo tempo em que contribui para delimitar regras, protege os professores, já que ao compartilhar as dificuldades, o problema deixa de ser pessoal para se tornar público.

Os dados da pesquisa ainda revelaram que o estresse do professor de educação infantil não é tema abordado nos cursos de formação continuada, 65%, 22% dos respondentes disseram que às vezes é abordado, enquanto 11% disseram que sim e 2% não responderam.

Segundo Malagris (2002), é necessário que o estresse seja tema de estudos para que se possa explicá-lo melhor, e, por conseguinte, criar melhores maneiras de lidar com ele no trabalho e na vida. Neste contexto, torna-se necessário ofertar aos professores de Educação Infantil uma formação em serviço “como prática social de reflexão contínua e coerente com a prática que se pretende implementar” (KRAMER, 2002, p. 121).

Antes de qualquer processo de formação, seja inicial ou continuada, é necessário conhecer quais são as concepções prévias em relação ao trabalho nas creches e conhecer as experiências de formação que esse profissional obteve ao longo do tempo. Segundo Silva (2002), para que haja a delimitação de uma identidade profissional, os formadores devem:

[...] compreender a maneira como se estrutura o trabalho hoje desenvolvido por essas profissionais nas creches. Conhecê-lo junto como quem o desempenha, no sentido de explicitar os fundamentos que embasam essas práticas, contribuindo para torná-las mais conhecidas para as próprias educadoras que as exercem (SILVA, 2002, p. 207).

Portanto, os formadores devem conhecer a natureza do trabalho feito nas instituições para organizar processos de formação e levar os licenciandos a problematizar suas próprias práticas, pois

muitas vezes a forma como o professor de Educação Infantil conduz seu trabalho é resultado não de uma formação específica, mas de concepções pré-estabelecidas de sua cultura.

Os participantes ainda indicaram o que poderia ser feito para diminuir o estresse na creche: 35% responderam que reduzir o número de crianças por sala seria uma das maneiras de diminuição do estresse, 28% indicaram a necessidade de ter auxiliares de turma, pois de acordo com um(a) professor(a):

“O número de alunos por salas não é compatível com o número de funcionários. Tendo o professor que varrer, forrar cama, além de seu serviço que é o Pedagógico”.

No desabafo de um(a) professor(a):

“Se tivermos auxiliares de turma todos os dias e turmas menos lotadas, e com prazo de matrículas ajudaria bastante. (...) Levamos um tempo para colocarmos as crianças em ordem para se adaptarem (...) e quando estamos entrando no ritmo matriculam-se mais alunos que geralmente chegam chorando e desestruturam o resto da turma e isso é o ano inteiro (...). A visão da creche ainda é a de depósito, somos consideradas babás (...)”.

A estrutura física e pedagógica também foi indicada como fator que poderia diminuir o estresse do professor na creche com 11% das menções, 7% cursos, 6% participação da família, 4% tempo para planejamento, 3% atividades em equipe e outros. Os 6% restantes não apontaram o que poderia ser feito para diminuir o estresse na creche.

Sendo assim, os resultados da pesquisa indicam a presença de fatores estressores no cotidiano dos professores de creches que participaram da pesquisa. Tais fatores parecem estar ligados, dentre outros, ao excesso de crianças nas salas associado à falta de funcionários, falta de estrutura física e pedagógica, assim como à preparação deficiente dos cursos de formação inicial e à ausência de discussão do tema nos cursos de formação continuada. No entanto, não bastará abordar o estresse docente nos cursos de formação, seja inicial ou continuada, se o poder público não participar das discussões sobre o tema e intervir, sobretudo, na questão de maior investimento na Educação Infantil.

Considerações Finais

Objetivamos com esta pesquisa verificar a existência de fatores estressores no contexto profissional de docentes de creches, relacionando-os não só com à saúde dos profissionais, mas aos prejuízos que podem causar à educação da criança em instituições de Educação Infantil. Através da

pesquisa, constatamos a existência de fatores estressores no cotidiano dos professores participantes dos estudos. Dentre eles, carências estruturais e pedagógicas, quantidade elevada de crianças por professor e insuficiência dos cursos de formação inicial e continuada.

A formação docente tem sido um dos desafios mais urgentes e polêmicos das políticas em educação, inserindo-se no debate por maior valorização docente. Entretanto, os profissionais da educação necessitam atentar a políticas de formação que tendem a responsabilizar os docentes por sua formação, sobretudo a continuada, desconsiderando as questões referentes à carreira, condições de trabalho e remuneração.

As exigências aos professores estão ligadas à capacidade de se adequarem a situações novas e de resolverem os problemas a ser enfrentados no cotidiano. Porém, num contexto desigual, essa ideia de eficiência acaba por manifestar-se em retórica, que não leva em conta a realidade enfrentada nas instituições educacionais e termina por colocar a culpa da baixa qualidade da oferta educacional nos docentes, o que tem causado danos a saúde desses profissionais.

Nesse contexto, os resultados obtidos nesta pesquisa são importantes, na medida em que colocam em evidência as causas do mal estar docente, além de demonstrar a necessidade de investimentos para a educação e de medidas de incentivo à carreira, de forma que o ingresso e a permanência nela pressuponham boas condições de trabalho e salário, podendo intervir na qualidade da saúde do profissional docente.

Referências

AGUIAR, Rosana Márcia Rolando; ALMEIDA, Sandra Francesca Conte de. **Mal-estar na educação: o sofrimento psíquico de professores**. Curitiba: Juruá, 2008.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9394.htm Último acesso em: 21/09/2015.

ESTEVE, José Manuel. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

KISHIMOTO, Tizuko Morchila. Encontros e desencontros na formação dos profissionais de educação infantil. IN: Machado, Maria Lúcia de A (Org.). **Encontros e desencontros em educação infantil**, São Paulo: Cortez, 2002.

KRAMER, Sônia. Formação de profissionais de educação infantil: questões e tensões. IN: Machado, Maria Lúcia de A (Org.). **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002.

LANTHEAUME, Françoise. Professores e dificuldades do ofício: preservação e reconstrução da dignidade profissional. **Cadernos de Pesquisa**, v. 42, nº 146, p.368-387, maio/ago. 2012.

LEITE, Maria Aparecida; SALGADO, Sara Maria Lopes; MAFRA, Simone Caldas Tavares; SILVA, Vânia Eugênia da. Professores em educação infantil: uma análise ergonômica a partir das condições de trabalho do Laboratório de Desenvolvimento Infantil (LDI) da Universidade Federal de Viçosa-MG. **V Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho – UFV/ II Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia**, Universidade Federal de Viçosa (UFV), 2011.

LEITE, Yoshie Ussami Ferrari. Formação dos profissionais em educação infantil: Pedagogia x Normal Superior. IN: MACHADO, Maria Lúcia de A. (Org.). **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002.

LIPP, Marilda. Soluções criativas para o *stress*. IN: LIPP, Marilda (Org.). **O Stress do Professor**. Campinas, SP: Papirus, 2002.

MALAGRIS, Lucia Novaes. O professor, o aluno com distúrbios de conduta e o stress. IN: LIPP, Marilda (Org.). **O Stress do Professor**. Campinas, SP: Papirus, 2002.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas de formação e a crise da profissionalização docente: por onde passa a valorização? **Revista Educação em Questão**, Natal, v.46, n.32, p. 51-74, maio/ago, 2013.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. - 5. ed.- São Paulo: Cortez, 201.

REINHOLD, Helga. O burnout. IN: LIPP, Marilda (Org.). **O Stress do Professor**. Campinas, SP: Papirus, 2002.

SILVA, Isabel de Oliveira. A profissionalização do professor da educação infantil: questões sobre a formação dos profissionais que estão em serviço. IN: MACHADO, Maria Lúcia de A. (Org.). **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002.

VIEIRA, Livia Fraga; OLIVEIRA, Tiago Grama. As condições do trabalho docente na educação infantil no Brasil: alguns resultados de pesquisa (2002-2012). **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 46, n. 32, p. 131-154, maio/ago. 2013.

WAGNER, Dione Pereira. **Síndrome de Burnout: um estudo junto aos educadores (professores e educadores assistentes) em escolas de Educação Infantil**. Mestrado Profissional em Engenharia de Produção- Ênfase em Ergonomia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.